



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 11, Issue, 07, pp. 49122-49127, July, 2021

<https://doi.org/10.37118/ijdr.22522.07.2021>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

EVIDÊNCIAS ENTRE ATIVIDADE EMPRESARIAL DE MICROEMPREENDEDORES E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

¹Juan José Troncoso Villarino, ^{1,2,*}Carlos Alberto Figueiredo da Silva, ¹Kátia Eliane Santos Avelar and ³Silvia Conceição Reis Pereira Mello

¹Department of Local Development Studies, University Center Augusto Motta, Rio de Janeiro, Brazil

²Department of PA Studies, Salgado de Oliveira University, Niterói, RJ, Brazil ³Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), Rio de Janeiro, Brazil

³Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro - PESAGRO

ARTICLE INFO

Article History:

Received 06th April, 2021

Received in revised form

11th May, 2021

Accepted 21st June, 2021

Published online 30th July, 2021

Key Words:

Empreendedorismo;
Micro e Pequenas Empresas;
Atividade econômica.

*Corresponding author:

Carlos Alberto Figueiredo da Silva

ABSTRACT

A atividade empreendedora é fundamental para o desenvolvimento e crescimento econômico de uma sociedade e no Brasil, grande parte dos negócios criados relacionam-se com as atividades de microempreendedores individuais (MEI) e micro e pequenas empresas (ME's). No passado recente a mortalidade de pequenos negócios acentuada, porém na atualidade é possível observar uma evolução positiva neste sentido com empresas que não são extintas de forma precoce e, além, observa-se um aumento expressivo no número de pequenos negócios criados. Esta recente evolução contrasta com o fato de o ambiente de negócios no país na atualidade não oferecer segurança e ser pouco convidativo às atividades empresariais. O objetivo deste trabalho é, portanto, investigar as relações entre o nível de empreendedorismo de microempreendedores individuais (MEI's) e Micro Empresas (ME's) e determinantes econômicos. A análise é feita com a aplicação de uma regressão linear múltipla utilizando o método dos mínimos quadrados ordinários com dados anuais que abrangem o período de 1995 a 2017. Os resultados encontrados indicam evidências de relações positivas entre o número de micro e pequenas empresas – ME's e variáveis econômicas onde a piora de indicadores como desemprego e custo de vida impactam positivamente no número de pequenos negócios existentes. As conclusões apontam ainda para a mudança do comportamento da atividade empreendedora em que a atividade de negócios vem se tornando mais independente da atividade econômica.

Copyright © 2021, Juan José Troncoso Villarino et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Juan José Troncoso Villarino, Carlos Alberto Figueiredo da Silva, Kátia Eliane Santos Avelar et al. "Evidências entre atividade empresarial de microempreendedores e desenvolvimento econômico", *International Journal of Development Research*, 11, (07), 49122-49127.

INTRODUCTION

Não restam dúvidas de que o empreendedorismo assumiu importante posição no cenário político, econômico e social. Particularmente no Brasil, o interesse em desenvolver o empreendedor tem figurado em discussões da sociedade contemporânea e também nos meios acadêmicos em que buscam, a partir da via científica, explorar acerca do perfil, das oportunidades para criação de negócios, dos motivos e estratégias empresariais de forma que a atividade empreendedora possa ser bem-sucedida. Não seria de se esperar o contrário de tal interesse demonstrado. Da Silva e Silva (2019), apontam para o fato de que a atividade empreendedora é um importante mecanismo de desenvolvimento econômico e de geração de empregos, pontos essenciais para uma sociedade cuja economia enfrenta problemas recessivos em que o nível de desemprego está além de seu desvio

considerado normal, como o caso brasileiro, por exemplo. Desde o aprofundamento da crise econômica em 2015, em que o número de desocupação começa a se elevar no país, a atividade empreendedora passa a ser uma oportunidade para minorar os efeitos de tal situação entre as famílias e continuar fazendo com que houvesse renda disponível através das atividades de circulação de bens e serviços. Em 2018, dados consolidados do Serasa/Experian apontavam para o surgimento de 226.653 novas empresas no país. Quando comparado com o Mesmo período no ano anterior, este número ficou 8,5% acima do resultado. Não fosse o crescimento em um momento de dificuldade econômica nacional, chama mais atenção o fato de que dentre as organizações que surgiram em 2018, 80,5% do total figuram entre empresas do tipo Micro Empreendedores Individuais (MEI), Mesmo com o ambiente de negócios no país na atualidade não oferecer segurança e ser pouco convidativo às atividades empresariais

(Lima, 2019). É razoável portanto o pensamento de que esse avanço obtido com o nascimento de empresas e, muito particularmente, no número de microempreendedores individuais, tenha relação direta com o fraco desempenho econômico observado no país. Embora numerosos trabalhos empíricos estejam centrados na identificação dos determinantes do empreendedorismo, muitos destes buscam traçar, a partir de estudos demográficos, os aspectos que caracterizam o empreendedor como por exemplo, idade, sexo, nível de escolaridade, perfil regional, dentre outros (Grilo & Thurik, 2005; Paes *et al.*, 2019; Höher, De Lima & Fochezatto, 2017). Uma outra linha de estudos tenta explicar a probabilidade de ser ou tornar-se trabalhador por conta própria, conforme afirmam Grilo & Thurik, 2005. Particularidades dos resultados obtidos em tais pesquisas a parte, há consenso na literatura empírica sobre a existência de forte correlação entre o empreendedorismo, o crescimento e o desenvolvimento econômico (Almeida, Valadares, & Sedyama, 2017; Barros & Pereira, 2008; Souza & Lopez Junior, 2011). Estes resultados sugerem que o empreendedorismo contribui para o desenvolvimento econômico. Todavia, quando observados os aspectos ligados ao empreendedorismo por necessidade é possível constatar uma relação negativa com o crescimento econômico. Quanto a este ponto Barros & Pereira (2008) esclarecem que essa relação negativa se dá essencialmente em países com baixo desenvolvimento. A partir de tal afirmação e dentro deste contexto sugere-se que a piora da situação das famílias de uma sociedade implica em aumento do número de empreendedores. É possível encontrar trabalhos internacionais que tratam do surgimento de novos negócios como sendo dependentes de variáveis econômicas (Díaz-Casero *et al.*, 2012; Galindo Martin, Méndez Picazo, & Alfaro Navarro, 2010; Miller & Holme's, 2012), porém há espaço para buscar associações entre empreendedorismo e variáveis da economia real brasileira de forma a contribuir com a literatura sobre empreendedorismo no país.

Brás (2013) buscou essa via ao sugerir a utilização de um modelo que utiliza PIB per capita, gastos governamentais, liberdade econômica e tempo em que se leva para registrar o negócio. Höher, de Lima & Fochezatto (2017) também buscaram associações entre empreendedorismo e PIB per capita para o estado do Rio Grande do Sul, já que Barros e Pereira (2008) inseriram a variável desemprego na análise para municípios do estado de Minas Gerais. Neste sentido, o objetivo deste artigo é investigar as relações entre determinantes econômicos e nível de empreendedorismo nacional. Para tanto, serão utilizados dados do Cadastro Central de Empresa - CEMPRE/IBGE que mede o número de micro e pequenas empresas formais existentes no país e dados da economia, como por exemplo o PIB per capita, o salário real, o custo de vida e a taxa de desemprego. A estratégia estatística aplicada é a regressão linear pelo método dos mínimos quadrados ordinários. A investigação em nível nacional agregado não desconsidera as particularidades de cada localidade brasileira, dadas as evidentes desigualdades regionais no que se refere ao crescimento e desenvolvimento econômico, contudo, baseado no trabalho de Almeida, Valadares & Sedyama (2017) que encontraram resultados que indicam homogeneidade entre os estados da Federação, independentemente de seu tamanho ou desenvolvimento, para relações entre os determinantes do empreendedorismo e crescimento econômico, busca-se explorar os impactos econômicos na determinação de atividades empreendedoras de forma agregada. Além desta introdução, a seção dois apresenta o referencial teórico e empírico acerca do desenvolvimento do empreendedorismo e seus determinantes; a seção três descreve a metodologia aplicada; a seção quatro descreve as análises e discussão dos resultados; a seção cinco, por fim, apresenta as conclusões do estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

O contexto do empreendedorismo no Brasil: O conceito de empreendedorismo tem sido muito difundido no Brasil nos últimos anos, intensificando-se no final da década de 1990, conforme observado por Aidar (2007), de Oliveira (2012) e Dornelas (2018) sendo mais precisamente no ano 2000 que o tema se consolida e se torna relevante para o país. Notadamente neste período a sociedade

brasileira havia experimentado a estabilização de sua moeda com o controle da inflação, diminuição das taxas de juros e favorecimento do ambiente de negócios. Greco, *et al.* (2017) a partir de dados do Monitoramento para o Empreendedorismo Global (*Global Entrepreneurship Monitor - GEM*) aponta ainda para que o aumento do nível de escolaridade dos brasileiros e a tendência de criação de negócios mais simples e de menor escala de faturamento também foram contributos ao desenvolvimento das atividades empreendedoras. A cargo deste favorecimento último, intensificou-se o processo de investimentos em negócios e corporações no país fazendo com que muitas grandes empresas brasileiras buscassem alternativas para aumentar a competitividade, reduzir os custos e manterem-se no mercado (Pereira & Marcos, 2014). Esta situação trouxe como consequência imediata o aumento das taxas de desemprego, massivamente nos grandes centros urbanos, onde havia maior concentração de organizações (Dornelas, 2018). Sobre o fenômeno da desocupação, cabe observar que entre o final de 1994 e 1998 os mercados internacionais foram sacudidos por três crises: i) crise do México no período de 1994-1995, que afetou fortemente os mercados emergentes; ii) crise asiática em 1997; e iii) crise da Rússia em 1998. Conforme revelado por Giambiagi, *et al.* (2011), em todas estas crises, o Brasil foi drasticamente afetado por um efeito "contágio" o qual, com sua economia recém-estabilizada, foi impactada com aumento nos níveis de desemprego. A piora neste indicador a partir dos anos 2000 se deveu muito aos ajustes que foram realizados pelo governo nos períodos anteriores para tentar manter a estabilidade no país, conforme pode ser observado na Figura 1.

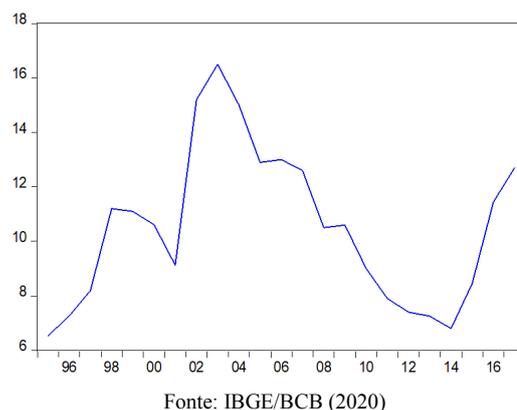


Figura 1. Evolução do desemprego no período de 1995 a 2017

A partir disto observa-se uma convergência importante para análise do empreendedorismo no Brasil. Primeiro, sucessivas crises impactando no mercado de trabalho e depois o aumento da competitividade associado a busca por produtividade como forma de diferenciação e manutenção das empresas. Ambas as situações contribuindo para a escalada do desemprego na sociedade. Como alternativa a esta situação, os desocupados começaram a criar novos negócios que, com dificuldades buscavam se manter ativos no mercado. Dois grupos surgem a partir deste ponto: um grupo que se lança a novos negócios, em muitos casos sem experiência no ramo, com recursos financeiros limitados, fazendo uso de reservas pessoais em muitos casos; e um outro grupo de empreendedores que permaneceram na economia informal, motivados pela falta de crédito, pelo excesso de impostos e pelas altas taxas de juros (Dornelas, 2018). Ressalte-se aqui que muitos dos que se lançam a atividades de negócios próprios adentram pela via informal e ainda assim permanecem com o passar do tempo. O protagonismo das micro e pequenas empresas na economia do país despertou o interesse sobre o tema e fomentou a criação de programas específicos de auxílio voltados ao público empreendedor propiciando seu desenvolvimento na sociedade contemporânea.

Programas de estímulo e apoio ao empreendedor brasileiro: Em 1999 o Programa Brasil Empreendedor do Governo Federal objetivou capacitar empreendedores brasileiros para elaborarem planos de negócios, visando a captação de recursos financeiros aos agentes que participavam do programa (Koteski, 2004).

Durante o período que esteve em vigor até 2002, promoveu financiamentos no total de R\$ 35 bilhões para novos negócios e capacitou cerca de 6 milhões de empreendedores (Dornelas, 2018). Pode-se destacar mais recentemente o Programa Empreendedor Individual, instituído pela Lei Complementar nº 128/2008, que alterou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar nº 123/2006). O objetivo é a formalização de empreendedores que, até então, mantinham seus negócios na informalidade. Corroborando com o apontado por Dornelas (2018), pode-se dizer que o programa foi bem-sucedido, uma vez que o número de empreendedores individuais formalizados, no total, ultrapassou a marca de sete milhões em todo o país. Considerando apenas empresas pequenas, de no máximo catorze funcionários, chega-se a um total de 5 milhões e 700 mil empresas no ano de 2006, de acordo com o Cadastro Central de Empresas/IBGE. A Figura 2 revela esta evolução no período.

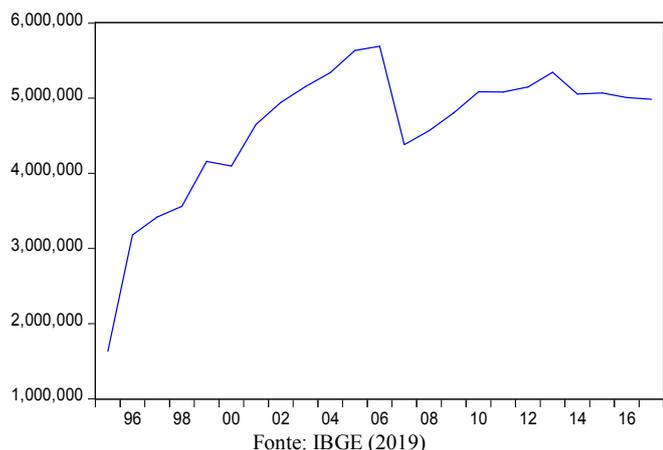


Figura 2. Evolução do número de micro e pequenas empresas no Brasil de 1996 a 2017

Ainda sobre a capacitação dos empreendedores, cabe aqui menção às ações de programas como Empretec e Jovem Empreendedor do Sebrae, no qual o primeiro utiliza metodologia da Organização das Nações Unidas (ONU) que busca desenvolver comportamentos e habilidades empreendedoras e o segundo busca incentivar o espírito empreendedor voltado para orientação de negócios para a população jovem brasileira. Dornelas (2018) elucida ainda que a legislação em prol das micro e pequenas empresas, como por exemplo a Lei da Inovação e a legislação no âmbito fiscal com o Simples, revelam o caráter de importância que o tema empreendedorismo tomou na sociedade brasileira.

Empreendedorismo e economia: O crescimento do número de ME's do ano de 2000 foi vertiginoso. De 1995 a 2000 passa de 1,6 para 4 milhões, daí até o ano de 2005 ultrapassavam o total de 5,6 milhões, de acordo com o Sebrae (2012) e, de acordo com o último levantamento feito pelo Cadastro Central de Empresas (CEMPRE/IBGE - 2017) este número recuou para 4,9 milhões. Em se considerando apenas a categoria de empreendedores individuais como exemplo, o país possui mais de 17,5 milhões de pequenas empresas. É indiscutível, portanto, sua relevância para o Brasil uma vez que representam 98% das empresas existentes no país e possuem uma participação de 21% do PIB (SEBRAE, 2012). Contudo, conforme Ferreira, *et al* (2012), Pinheiro e Neto (2019) e Roratto, Dias e Alves (2017) comentam, Mesmo com essa significância nos resultados na economia, ao Mesmo tempo as Micro Pequenas Empresas - ME's vivem o paradoxo de baixa perenidade, onde a mortalidade precoce nos anos iniciais das atividades é uma realidade que se apresenta ao empreendedor. Dados do Sebrae (2014) buscam elucidar acerca deste ponto, onde, dentre as possíveis causas identificáveis como determinantes para o fracasso encontram-se a falta de visão de negócio, a falta de capital de giro, o despreparo do gestor, dentre outros pontos. Contudo, ainda assim, felizmente foi possível observar uma evolução positiva no empreendedorismo nacional com significativas mudanças nos anos recentes. O Sebrae (2016) aponta para uma melhora gradativa ao longo do tempo no número de

sobrevivência de Micro Pequenas Empresas (ME's) nos dois primeiros anos de vida em comparação com a extinção de firmas, conforme revela o Gráfico 1. Esta recente evolução contrasta com o fato de o ambiente de negócios no país na atualidade não oferecer segurança (LIMA, 2019). As incertezas no Brasil o tornam pouco convidativo às atividades empresariais, contudo Mesmo diante deste cenário verificou-se aumento do número de micro e pequenas empresas no país.

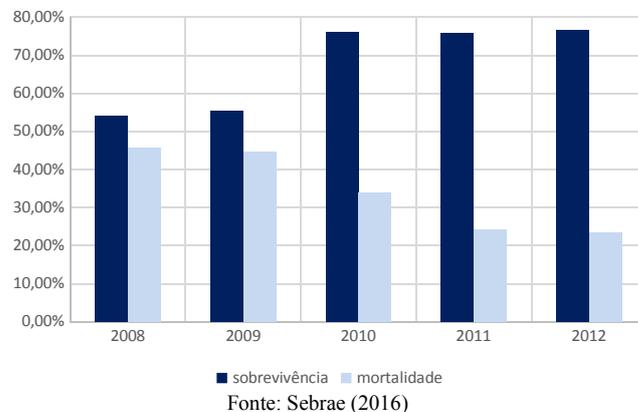


Gráfico 1. Taxa de sobrevivência versus taxa de mortalidade de ME's no Brasil

Esta aparente dicotomia existente pode ser sustentada pelo argumento do empreendedorismo por necessidade, onde, dado a piora do ambiente econômico, haveria uma transmissão dessas dificuldades ao mercado de trabalho, o que levaria ao aumento de atividades empreendedoras formais e informais para garantir a criação de oportunidades de geração de renda devido a fraca oferta de trabalho existente. Brás (2013) segue por este Mesmo caminho ao utilizar o método estatístico de regressão linear múltipla associando a Taxa de Empreendedorismo (*Total Entrepreneurial Activity*) e variáveis econômicas para um conjunto de países. Conclui que países com rendimentos menores possuem maior número de empreendedores. Tal argumento está em acordo com Grilo e Tharuk (2015) que investigaram o empreendedorismo latente para os EUA e União Européia no período de 2000 a 2004. A partir da pesquisa concluíram que não houve mudanças significativas nos dados de empreendedorismo e que, ao contrário, verificou-se leve redução no impulso empresarial nestas regiões em média entre 20 e 21%, com uma queda maior sendo observada nos EUA. As diferenças entre os países podem ser explicadas pela composição setorial da atividade econômica de cada um, mas seja como for, ao se comparar os dados agregados obtidos para o caso brasileiro observa-se situação contrária para o Mesmo período. Ao buscar resultados regionais, Höher, De Lima e Fochezatto (2017) confirmaram a hipótese de que regiões que possuem maior renda per capita e população com melhor formação tendem a ter maior grau de empreendedorismo. A pesquisa se deu no Estado do Rio Grande do Sul e os autores utilizaram uma análise exploratória de dados, o Índice de Moran e indicadores de associação espacial local reforçando a ideia de atividades de empreendedorismo por oportunidade na região. Ainda no campo da regionalização brasileira, Barros e Pereira (2008), com dados para o estado de Minas Gerais apurados de 853 municípios, encontram evidências do empreendedorismo por necessidade. Verificaram empiricamente seu impacto no crescimento do PIB e no desemprego através da metodologia dos modelos de regressão múltipla, onde encontraram forte associação negativa entre empreendedorismo e o desemprego com influência no crescimento local. Especificamente apuraram uma maior atividade de novos negócios no ano de 2000 sendo que nos 3 anos posteriores fora observado uma menor atividade econômica na região. É possível que as observações distintas para os diferentes estados brasileiros sejam razoáveis à luz do que revela a literatura empírica uma vez que, como já descrito, o empreendedorismo por necessidade se relaciona negativamente com o crescimento em países com menores renda, enquanto que ao contrário, verifica-se o

Tabela 1. Classificação de porte das empresas segundo o número de funcionários

Porte	Comércio e Serviços	Indústria
Microempreendedor individual (MEI)	até 1 empregado	-
Microempresas (ME)	até 9 empregados	até 19 empregados
Empresas de Pequeno Porte (EPP)	de 10 a 49 empregados	de 20 a 99 empregados
Empresas de Médio Porte	de 50 a 99 empregados	de 100 a 499 empregados
Grandes Empresas	100 ou mais empregados	500 ou mais empregados

Fonte: Sebrae (2013)

Tabela 2. Matriz de Correlação

	EMPRESAS	PIBpc	SALÁRIO	CUSTO VIDA	DESEMP
EMPRESAS	1,00				
PIBpc	0,09	1,00			
SALÁRIO	0,38	-0,08	1,00		
CUSTO VIDA	0,16	-0,04	-0,42	1,00	
DESEMP	0,15	-0,51	-0,06	-0,12	1,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

desenvolvimento de negócios por oportunidade colaborando, portanto, com o crescimento econômico. Almeida, Valadares e Sedyama (2017) atentaram para as evidentes desigualdades interestaduais e inter-regionais em se tratando de seus desempenhos econômicos e suas próprias características particulares, estimaram um modelo estatístico com dados em painel pelo Método dos Momentos Generalizados (GMM). Com dados econômicos e sociais compreendidos entre 2001 a 2011 constataram que, no agregado, o empreendedorismo tem papel semelhante para todos os estados. Mesmo os mais pobres, sendo ele um fator de crescimento econômico com resultados positivos. É sobre a perspectiva de uniformidade acerca o papel do empreendedorismo entre as regiões brasileiras de Almeida, Valadres e Sedyama (2017) que este material se debruça ao investigar de forma agregada a relação entre atividade empreendedora no país e dados que expressem a situação econômica nacional.

METODOLOGIA

Este artigo faz uso do método dedutivo por partir de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis, possibilitando chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica (GIL, 2008). Em relação aos procedimentos técnicos, utiliza-se o método estatístico pois, ainda segundo Gil (2008), com a aplicação de tal método será possível determinar, em termos numéricos, a probabilidade de acerto de determinada conclusão. Os testes aplicados foram realizados com a utilização do *software* estatístico Gretl®. Para verificar empiricamente as relações entre determinantes econômicos e o empreendedorismo no Brasil, optou-se por utilizar o método dos mínimos quadrados ordinários com uma regressão linear múltipla que tem por variável dependente o número de Micro Pequenas Empresas (MEI's) e Micro Empresas (ME's) no Brasil no período de 2005 a 2017. Os dados são anuais e foram obtidos a partir do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE/IBGE que reúne informações cadastrais e econômicas da situação de empresas formais na área de indústria, construção civil, comércio e serviços. Ou seja, ele revela o número de empresas existentes no país no período analisado. Desta forma, o CEMPRE constitui um bom parâmetro para esta investigação uma vez que abrange todos os ramos de negócios apresentando dados do desenvolvimento em números gerais de empresas ao longo do tempo. Como esta pesquisa busca o desenvolvimento de Micro Pequenas Empresas (MEI's) e Micro Empresas (ME's), utiliza-se o critério do Sebrae que aponta para diferença de porte entre as empresas. Assim sendo, buscou-se empresas dos três setores procurando respeitar as especificações estabelecidas conforme descrito na Tabela 1 abaixo. Os dados econômicos quantitativos que refletem a melhora ou piora das condições de vida do brasileiro seguem o descrito por de Lima, Maria e Marques (2020). Os autores utilizaram: a) o salário real, que para este estudo é relevante pois tendo em vista que há maiores chances de se obter rendimentos com atividades empresariais por conta própria frente ao salário-mínimo, é possível que a deterioração

dos rendimentos assalariados pela inflação dificultem mais as condições econômicas das famílias e, assim, haja maior estímulo à aberturas de pequenos negócios formais (DORNELAS, 2018); b) o custo de vida, que pode ser entendido como a soma dos preços pagos pelos diversos bens e serviços que a sociedade consome; e c) a taxa de desemprego nacional. Estudos que abordam os determinantes do empreendedorismo normalmente utilizam a variável de controle *Produto Interno Bruto per capita*. Este estudo não foge ao que a literatura empírica atesta e, também, o utiliza, pois constitui importante determinante uma vez que, pelo que a própria hipótese do estudo aborda, menores atividades econômicas implicam em decisão de empreender. Assim sendo, o PIB per capita é obtido pelo PIB agregado nacional dividido pela parcela da população. Portanto, o modelo empírico que descreve a proposta deste trabalho é apresentado abaixo na Equação 1, que expressa que a atividade empresarial de pequenos negócios no Brasil (*EMPRESAS*) é resultado da situação econômica dos indivíduos que compreende o PIB per capita (*PIBpc*), dos salários reais dos indivíduos (*SALÁRIO*), do custo de vida (*CUSTO VIDA*) e da situação de desemprego que a sociedade enfrenta (*DESEMP*).

$$EMPRESAS = \alpha + \beta_1(PIBpc) + \beta_2(SALÁRIO) + \beta_3(CUSTO VIDA) + \beta_4(DESEMP) + \varepsilon \quad \text{Equação (1)}$$

Onde α representa uma constante, β_1 , β_2 , β_3 e β_4 representa os coeficientes de cada termo e ε expressa um termo de erro da previsão com média e desvios normalmente distribuídos. Todas as séries econômicas apresentadas foram obtidas através do sítio eletrônico do Banco Central do Brasil e do Ipea. Os dados possuem o recorte temporal que abrange o período de 1995 a 2017¹ (ver Apêndice).

ANÁLISE EMPÍRICA E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Matriz de Correlação: Em um primeiro momento buscou-se verificar as correlações diretas entre as séries do estudo, às quais são reportadas na Tabela 2. As correlações podem ser entendidas como relações estatísticas na qual estejam envolvidas características de dependência entre as variáveis. De acordo com a interpretação de Callegari-Jacques (2003) para os resultados da matriz², pode-se verificar que há evidências de relação positiva, porém fraca, entre todas as variáveis do estudo. Este resultado aponta para que as séries

1 Os dados estão disponíveis no sítio do IBGE, Banco Central do Brasil - BCB e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Trabalha-se com a mediana anual dos resultados para séries que se apresentam de forma mensal.

2 Segundo Callegari-Jacques (2003), resultados que vão de 0,0 a 0,5 expressam fraca relação entre as variáveis enquanto que de 0,5 a 1,00 indica forte relação.

de PIB per capita, salários reais, custo de vida e desemprego estão correlacionadas de forma linear com a existência de Micro Empresas (ME's) no país em 9%, 38%, 16% e 15%, respectivamente. A correlação é importante para verificar seus relacionamentos lineares, porém não aponta para causalidade ou dependência entre as variáveis.

Regressão Linear Método dos Mínimos Quadrados Ordinários:

Um dos principais problemas encontrados em análises de séries de tempo é a autocorrelação. Ela é observada quando há dependência temporal dos resultados sucessivos dos resíduos, ou seja, quando o erro aleatório ϵ são variáveis autocorrelacionadas. Para evitar esse problema aplicou-se a matriz de correção de Newey-West³ para corrigir possíveis efeitos de correlação dos termos de erro nas regressões construídas. Os resultados da regressão são reportados na Tabela 3 e apresentam coeficientes estatisticamente significativos. O resultado do teste *Chi-Square* indica que as variáveis utilizadas aqui neste estudo são importantes para explicar a dinâmica do número de abertura de empresas no Brasil. O teste de normalidade aplicado (Teste de Jarque-Bera) apresentou evidências de distribuição de estatística normal dos resíduos. Isto é fundamental para que não seja incorrido no erro de se realizar interpretações em uma regressão espúria. Os resultados de p-valor indicam a significância dos resultados e neste estudo é adotada a aceitação de 10% de significância, ao máximo. Os coeficientes que apresentarem resultado acima disso não possuem significância estatística. Pelo exposto na Tabela 3, todos os resultados apresentaram-se significativos e podem seguir à interpretação no modelo.

O valor de R^2 também revela um ajuste satisfatório no qual pode-se dizer que as variáveis macroeconômicas deste estudo explicam 44,7% do número de micro e pequenas empresas existentes no país. O coeficiente encontrado para o PIB per capita (*PIBpc*) indica haver impacto positivo no número de Micro Pequenas Empresas (MEI's) e Micro Empresas (ME's) existentes. É revelado que o aumento em 1% no PIB per capita provoca variação em 1,8% no número de *EMPRESAS*. Pelo fato de a relação ser linear, este resultado aponta para a prevalência do empreendedorismo de oportunidade no qual é possível verificar aumento do resultado econômico com o crescimento do número de empresas. Este resultado está em acordo com o destacado por Barros e Pereira (2008) e com Greco, *et al* (2016) em que apontam para evidências de para um maior número de surgimento de empreendimentos por oportunidade frente aos que surgiram por necessidade. O salário real também impacta positivamente o número de pequenas empresas, embora não haja expressão real no resultado obtido. Pela magnitude e sinal do resultado encontrado, percebe-se que este vai em sentido oposto à observação de que salários possuem relação inversa com a atividade empreendedora. Este ponto abre brecha para investigações mais aprofundadas no futuro dado que, pela significância estatística do resultado aqui obtido, pode-se inferir que a partir do aumento da renda oriunda dos salários, o cidadão venha a realizar acúmulo de capital para no futuro se dedicar à atividade empreendedora, o que neste caso levaria a uma defasagem de tempo para que os impactos no número de Micro Pequenas Empresas (MEI's) e principalmente Micro Empresas (ME's) que pudessem ser observados. Quando analisada a relação do custo de vida (*CUSTO VIDA*) com o quantitativo de *EMPRESAS*, esta variável possui impacto positivo em 0,42%. O aumento do custo de vida revelou-se um importante determinante para o nível de empreendedorismo. Uma interpretação seria a de que a busca por atividades que possam ser uma fonte alternativa de renda é mais acentuada quando o custo de vida é mais elevado, neste caso, há indícios de que a cada 1% no aumento no índice do custo de vida promove implicações de aumento no número de *EMPRESAS* em 0,42%. O desemprego revelou-se uma variável que possui relação direta e positiva com o número de empresas, dado que a

cada ponto percentual de variação no nível de desemprego é possível enxergar variações no número de empresas em 0,03%. Esta interpretação contrasta com o encontrado para estudos realizados até 2010 em que as evidências apontavam para relações negativas entre desemprego e empreendedorismo, como em Barros e Pereira (2008), por exemplo. Os resultados levavam à interpretação de que as atividades empresariais eram abandonadas pelas dificuldades expostas anteriormente e pelo nível de atividade e empregos existentes na sociedade à época. Tal informação é refletida pelo Sebrae (2016) no que tange às altas taxas de mortalidade de micro e pequenas empresas, que melhoram significativamente a partir de 2010. Contudo, parece ter havido uma mudança mais recente neste aspecto, dado que desemprego e número de Micro Empresas (ME's) cresceram na mesma direção a partir de então. Este resultado está em acordo com o observado por Greco *et al* (2016) em que a atividade empreendedora está assumindo um comportamento mais independente da atividade econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade empreendedora é fundamental para o desenvolvimento e crescimento econômico de uma sociedade. No Brasil um número expressivo de atividades de negócios criados diz respeito às micro e pequenas empresas. Buscou-se com este estudo investigar as relações entre determinantes econômicos e nível de empreendedorismo nacional com a aplicação de uma regressão linear utilizando o método dos mínimos quadrados ordinários. Os resultados obtidos para o modelo proposto foram satisfatórios, com coeficientes estatisticamente significativos e resíduos adequados. Pode-se concluir que as variáveis utilizadas possuem um ajustamento de 44,7% ao modelo. Isto implica em dizer que as variáveis utilizadas neste estudo conjuntamente explicam o quantitativo de empresas existentes em 44,7%. Todas as séries aqui testadas apresentaram evidências de possuir correlação positiva com a variável dependente, ou seja, possuem Mesmo sentido e magnitude ao número de pequenos negócios no Brasil. O PIB per capita apresentou resultados que apontam para a mudança do comportamento de empreendedorismo por necessidade para o surgimento de atividades de negócios direcionadas por oportunidades. Esta conclusão está em acordo com a literatura e, neste estudo em particular, é apontado para uma relação de aumento em 1,8% no número de Microempresas Individuais (MEI's) e Micro Empresas (ME's) existentes dado a variação de 1% no PIB per capita. A taxa de desemprego e a variação do custo de vida dos brasileiros apresentaram-se como importantes determinantes do empreendedorismo no país. Principalmente nos anos recentes, necessariamente 2015 até os dias atuais, o comportamento do desemprego acompanhou o crescimento do número de empresas. A cada 1% de variação na taxa de desocupação evidenciou-se a variação em 0,03% no número de empresas pequenas e isto pode estar relacionado com a 'migração' para atividades empresariais dado a perda dos postos de trabalho. Levando-se em consideração o comportamento dos resultados econômicos, conclui-se que a atividade empreendedora está assumindo um comportamento mais independente da atividade econômica. A interpretação proveniente do acima revelado se associa ao resultado obtido com a variação do salário real dos cidadãos uma vez que poderia haver acúmulo de capitais com a melhora da renda advinda dos salários ao longo do tempo e isto, por conseguinte, levaria à decisão de empreender no futuro. Porém, como descrito anteriormente, o coeficiente resultante da análise entre salário real e número de ME's mostrou-se praticamente nulo, contudo, correlacionados positivamente, o que por si só poderia levar a maiores aprofundamentos futuros. Este trabalho não buscou esgotar o tema e sim oferecer contribuições à literatura que aborda o empreendedorismo no Brasil trazendo novas abordagens que possam contribuir para uma nova perspectiva de direcionamento de políticas públicas voltadas para o apoio

ao micro e pequeno empresário bem como repensar as orientações voltadas para este público.

REFERÊNCIAS

- Aidar, MM. 2007. *Empreendedorismo*. São Paulo: Thomson Learning.
- Almeida, F. M., Valadares, J. L., & Sediya, G. A. S. 2017. A contribuição do empreendedorismo para o crescimento econômico dos estados brasileiros. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas* 6(3), 466-494.
- Barros, A. A. & Pereira, C. M. M. A. 2008. Empreendedorismo e crescimento econômico: uma análise empírica. *RAC* 12(4), 975-993.
- Brás, G. 2013. O empreendedorismo e suas determinantes: oportunidade ou necessidade? *Gestão e Desenvolvimento* 21, 101-121.
- Callegari-Jacques, S. M. 2003. *Biostatistics: principles and applications*. Artemed.
- Da Silva, J. A. B. & Silva, M. S. V. 2019. Análise da evolução do empreendedorismo no Brasil no período de 2002 a 2016. *Revista Estudos e Pesquisas em Administração* 3(2).
- De Lima, F. & Maria, M.C.; Marques, J. B. 2020. Access to private higher education in Brazil: empirical analysis of growth with panel data (1995-2017). *Brazilian Journal of Development* 6(2), 7180-7194.
- De Oliveira, F. M. 2012. Empreendedorismo: teoria e prática. *Revista Especialize On line*. s/n. Maio.
- Díaz-Casero, J., Díaz-Aunión, A. M., Sánchez-Escobedo, D. C., Coduras, M., & Hernández-Mogollón, R. 2012. Economic freedom and entrepreneurial activity. *Management Decision* 50(9), 1686-1711.
- Dorneles, J. 2018. *Empreendedorismo, transformando ideias em negócios*. São Paulo: Empreende.
- Ferreira, L. F. F. et al. 2012. Análise quantitativa sobre a mortalidade precoce de micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo. *Gestão e Produção* 19(4), 811- 823.
- Galindo Martin, M. A., Méndez Picazo, M. T., & Alfaro Navarro, J. L. 2010. Entrepreneurship, income distribution and economic growth. *International Entrepreneurship and Management Journal* 6(2), 131-141.
- Greco, S. M. S. S. et al. 2017. *Empreendedorismo no Brasil: 2016*. Curitiba: IBQP.
- Giambiagi, F., Villela, A., De Castro, L. B., & Hermann, J. 2011. *Economia brasileira contemporânea: [1945-2010]*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Gil, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.
- Grilo, I. & Tharuk, R. 2005. Latent and actual entrepreneurship in Europe and the US: some recent developments. *International Entrepreneurship and Management Journal* 1. 441-459.
- Hisrich, R. D. & Peter, M. P. 2004. *Empreendedorismo*. Porto Alegre: Bookman.
- Koteski, M. A. 2004. As micro e pequenas empresas no contexto econômico brasileiro. *Revista FAE Business* 8. 16-18.
- Lima, F. 2019. Unemployment and output gap: short-term empirical evidence for the Brazilian context (2012-2019). *International Journal of Commerce and Economics* 1(3). 27-32.
- Miller, T. & Holme's, K. R. Index of Economic Freedom. 2012. *The Heritage Foundation and The Wall Street Journal*, 2012.
- Newey, W. K.; West, K. D. A. (1987). Simple, Positive Semi-Definite, Heteroskedasticity and Autocorrelation Consistent Covariance Matrix. *Econometrica* 55(3), 703-708.
- Paes, N. N., De Camargo Neto, R. P., Moraes, I. S., & Menezes, G. R. 2019. Determinantes do empreendedorismo no Rio Grande do Sul. *Revista Sinergia* 23(2), 61-70.
- Pereira, R. A. & Marcos, R. S. 2014. A importância do empreendedorismo para o resultado de uma empresa. *ReFAE* 6(1), 223-236.
- Portal Do Empreendedor – MEI. Disponível em < <https://www.portaldoeempreendedor.me/>>. Acesso em: 10 de abril de 2020.
- Román, C., Congregado, E., & Millán, J. 2013. Start-up incentives: entrepreneurship policy or active labour market programme? *Journal of Business Venturing* 28(1), 151-175..
- Roratto, R., Dias, E. D., & Alves, E. B. 2017. Mortalidade em micro e pequenas empresas: Um estudo de caso na Região Central o Rio Grande do Sul. *Revista Espacios* 38(2), 1-11.
- SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Sobrevivência das empresas. Unidade de Gestão Estratégica /Núcleo de Estudos e Pesquisas, 2016. Disponível em < <https://datasebrae.com.br/documentos/>>.
- SEBRAE - Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa. 6a ed. São Paulo, Dieese, 2013. Disponível em <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa_2013.pdf>.
- Yang, D. & Zhao, X. 2014. Study on Evolutionary Path of University Students Entrepreneurship Training. *Mathematical Problems in Engineering* 2014, 1-11.
